

EDUARDO CABETTE

Delegado de Polícia aposentado, Parecerista e Consultor Jurídico, Mestre em Direito Social, Pós - graduado em Direito Penal e Criminologia, Professor de Direito Penal, Processo Penal, Medicina Legal, Criminologia e Legislação Penal e Processual Penal Especial na graduação e na pós - graduação do Unisal e Membro do Grupo de Pesquisa de Ética e Direitos Fundamentais do Programa de Mestrado do Unisal.

FRANCISCO SANNINI

Delegado de Polícia do Estado de São Paulo, Titular do Setor Especializado no Combate à Corrupção, Organização Criminosa e Lavagem de Dinheiro, Mestre em Direitos Difusos e Coletivos, Pós-Graduado com Especialização em Direito Público, Professor da Pós-Graduação do UNISAL-Lorena, Professor Concursado da Academia de Polícia do Estado de São Paulo, Professor da Pós-Graduação em Segurança Pública do Curso Supremo, Professor do Damásio Educacional.

TRATADO DE **LEGISLAÇÃO ESPECIAL CRIMINAL**

2ª EDIÇÃO

Tratado de Legislação Especial Criminal - 2ª edição

© Eduardo Cabette & Francisco Sannini

J. H. MIZUNO 2021

Revisão: José Silva Sobrinho

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) (eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)

C114t Cabett, Eduardo.
Tratado de legislação especial criminal / Eduardo Cabett, Francisco Sannini. – 2.ed. – Leme, SP: Mizuno, 2021.
918 p. : 17 x 24 cm

Inclui bibliografia.
Inclui índice alfabético remissivo.

ISBN 978-65-5526-089-2

1. Processo penal. 2. Legislação Especial Criminal. I. Sannini, Francisco. II. Título.

CDD 345

Elaborado por Mauricio Amormino Júnior – CRB6/2422

Nos termos da lei que resguarda os direitos autorais, é expressamente proibida a reprodução total ou parcial destes textos, inclusive a produção de apostilas, de qualquer forma ou por qualquer meio, eletrônico ou mecânico, inclusive através de processos xerográficos, reprográficos, de fotocópia ou gravação.

Qualquer reprodução, mesmo que não idêntica a este material, mas que caracterize similaridade confirmada judicialmente, também sujeitará seu responsável às sanções da legislação em vigor.

A violação dos direitos autorais caracteriza-se como crime incurso no art. 184 do Código Penal, assim como na Lei n. 9.610, de 19.02.1998.

O conteúdo da obra é de responsabilidade dos autores. Desta forma, quaisquer medidas judiciais ou extrajudiciais concernentes ao conteúdo serão de inteira responsabilidade dos autores.

Todos os direitos desta edição reservados à
EDITORA MIZUNO

Rua Benedito Zacariotto, 172 - Parque Alto das Palmeiras, Leme - SP, 13614-460
Correspondência: Av. 29 de Agosto, nº 90, Caixa Postal 501 - Centro, Leme - SP, 13610-210
Fone/Fax: (0XX19) 3571-0420

Visite nosso site: www.editorajhmizuno.com.br
e-mail: atendimento@editorajhmizuno.com.br

Impresso no Brasil
Printed in Brazil

SUMÁRIO

CAPÍTULO I

ESTATUTO DO DESARMAMENTO (LEI Nº 10.826, DE 22 DE DEZEMBRO DE 2003)	23
1 INTRODUÇÃO: UMA REFLEXÃO SOBRE O (DES)ARMAMENTO DA SOCIEDADE CIVIL	23
2 DO SISTEMA NACIONAL DE ARMAS	30
2.1 Do Registro das Armas de Fogo	31
2.2 Dos Requisitos para Aquisição de Arma de Fogo	31
2.3 Do Porte de Arma de Fogo	32
3 DO BEM JURÍDICO TUTELADO PELO ESTATUTO DO DESARMAMENTO	37
4 DA NATUREZA JURÍDICA DOS TIPOS PENAIS	42
5 DA COMPETÊNCIA PARA JULGAMENTO DOS CRIMES	44
6 DOS OBJETOS MATERIAIS DOS CRIMES	45
6.1 Arma de Fogo	46
6.2 Munição	52
6.3 Acessórios	53
6.4 Princípio da Insignificância e os Crimes do Estatuto do Desarmamento	54
7 POSSE IRREGULAR DE ARMA DE FOGO DE USO PERMITIDO	58
7.1 Conduta	58
7.2 Sujeito Ativo e Passivo	63
7.3 Elemento Normativo do Tipo	63
7.4 Elementos Espaciais do Tipo	65
7.5 Elemento Subjetivo do Tipo	69
7.6 Consumação e Tentativa	69
7.7 Concurso de Infrações	69
7.8 Destaques finais	70
7.9 Classificação	71
8 OMISSÃO NA CAUTELA DE ARMA DE FOGO	71
8.1 Conduta (Art. 13, Caput)	71
8.1.1 Conduta (Art. 13, Parágrafo Único)	73
8.2 Sujeitos dos Crimes	76
8.3 Consumação e Tentativa	77
8.4 Concurso de Crimes	77
8.5 Destaques Finais	77
8.6 Classificação	78

9 PORTE ILEGAL DE ARMA DE FOGO DE USO PERMITIDO	78
9.1 Conduta.....	78
9.2 Elemento Normativo do Tipo.....	87
9.3 Sujeitos do Crime	89
9.4 Consumação e Tentativa.....	92
9.5 Concurso de Crimes.....	92
9.6 Destaques Finais.....	95
9.7 Classificação	99
10 DISPARO DE ARMA DE FOGO	99
10.1 Conduta.....	99
10.2 Elementos Espaciais do Tipo	101
10.3 Sujeitos do Crime	101
10.4 Consumação e Tentativa.....	102
10.5 Concurso de Crimes.....	102
10.6 Destaques Finais.....	103
10.7 Classificação	103
11 POSSE OU PORTE ILEGAL DE ARMA DE FOGO DE USO RESTRITO.....	103
11.1 Conduta.....	103
11.2 Sujeitos do Crime	106
11.3 Consumação e Tentativa	106
11.4 Concurso de Crimes.....	107
11.5 Destaques Finais.....	107
11.6 Classificação	107
12 FIGURAS EQUIPARADAS	107
12.1 Adulteração de Sinal Identificador.....	107
12.1.1 Conduta.....	107
12.1.2 Sujeitos do Crime.....	109
12.1.3 Consumação e Tentativa.....	109
12.1.4 Concurso de Crimes	109
12.1.5 Classificação.....	109
12.2 Modificação das Características da Arma de Fogo.....	109
12.2.1 Conduta.....	110
12.2.2. Sujeitos do Crime.....	110
12.2.3 Consumação e Tentativa.....	111
12.2.4 Concurso de Crimes	111
12.2.5 Classificação	111
12.3 Posse, Detenção, Fabrico ou Emprego de Artefato Explosivo ou Incendiário.....	111
12.3.1 Conduta.....	111
12.3.2 Sujeitos do Crime.....	113

12.3.3	Consumação e Tentativa.....	113
12.3.4	Concurso de Crimes	114
12.3.5	Classificação.....	114
12.4	Posse ou Porte de Arma de Fogo com Sinal de Identificação Suprimido	114
12.4.1	Conduta.....	114
12.4.2	Sujeitos do Crime.....	116
12.4.3	Consumação e Tentativa.....	117
12.4.4	Concurso de Crimes	117
12.5	Classificação	117
12.6	Venda, Entrega ou Fornecimento de Arma de Fogo, Acessório, Munição ou Explosivo a Criança ou Adolescente	118
12.6.1	Conduta.....	118
12.6.2	Sujeitos do Crime.....	119
12.6.3	Consumação e Tentativa.....	119
12.6.4	Concurso de Crimes	119
12.6.5	Classificação	120
12.7	Produção, Recarregamento, Reciclagem Ilegal e Adulteração de Munição ou Explosivo... ..	120
12.7.1	Conduta.....	120
12.7.2	Sujeitos do Crime	120
12.7.3	Consumação e Tentativa.....	120
12.7.3.1	Classificação	121
12.8	Posse ou Porte de Arma de Fogo de Uso Proibido (Figura Qualificada).....	121
12.8.1	Conduta.....	121
12.8.2	Sujeitos do Crime	123
12.8.3	Consumação e Tentativa.....	123
12.8.4	Concurso de Infrações.....	123
12.8.5	Natureza Hedionda	124
12.8.6	Classificação	125
13	COMÉRCIO ILEGAL DE ARMA DE FOGO, ACESSÓRIO OU MUNIÇÃO	125
13.1	Conduta.....	125
13.2	Sujeitos do Crime	128
13.3	Consumação e Tentativa.....	128
13.4	Concurso de Crimes.....	129
13.5	Classificação	129
13.6	Do Agente Policial Disfarçado.....	129
14	TRÁFICO INTERNACIONAL DE ARMA DE FOGO	138
14.1	Conduta.....	138
14.2	Sujeitos do Crime	140
14.3	Consumação e Tentativa.....	140
14.4	Concurso de Crimes.....	140

14.5 Classificação.....	141
14.6 Do Agente Policial Disfarçado.....	141
15 CAUSAS DE AUMENTO DE PENA (arts. 19 e 20).....	142
16 LIBERDADE PROVISÓRIA.....	142

CAPÍTULO II

CRIMES HEDIONDOS (LEI N. 8.072, DE 25 DE JUNHO DE 1990)	143
1 INTRODUÇÃO	143
2 SISTEMAS DE DEFINIÇÃO DO CARÁTER HEDIONDO DO CRIME.....	144
3 ROL DOS CRIMES HEDIONDOS (ART. 1º, CAPUT, DA LEI 8.072/90).....	147
3.1 Homicídio (simples?) praticado em atividade típica de grupo de extermínio e homicídio qualificado.....	148
3.2 Lesão corporal funcional gravíssima e lesão corporal funcional seguida de morte.....	153
3.3 Roubo como crime hediondo	160
3.4 Extorsão como crime hediondo.....	163
3.4.1 Sequestro relâmpago qualificado pela morte.....	163
3.5 Extorsão mediante sequestro.....	178
3.6 Estupro.....	179
3.7 Estupro de vulnerável.....	180
3.8 Epidemia com resultado morte.....	182
3.9 Falsificação, corrupção, adulteração ou alteração de produto destinado a fins terapêuticos ou medicinais.....	183
3.10 Favorecimento da prostituição ou outra forma de exploração sexual de criança, adolescente ou de vulnerável.....	185
3.11 Genocídio	186
3.12 Porte ou Posse Ilegal de Arma de Fogo de Uso Restrito ou Proibido.....	187
3.13 O furto como crime hediondo.....	200
3.14 O crime de Organização Criminosa como crime hediondo.....	200
4 CRIMES EQUIPARADOS OU ASSEMELHADOS AOS HEDIONDOS	203
4.1 Tortura (Lei nº 9.455/97).....	204
4.2 Tráfico de Drogas (Lei nº 11.343/06).....	204
4.3 Terrorismo	207
5 PROIBIÇÃO DE ANISTIA, GRAÇA E INDULTO	208
6 PROIBIÇÃO DE SAÍDA TEMPORÁRIA NOS CRIMES HEDIONDOS COM RESULTADO MORTE	210
7 LIBERDADE PROVISÓRIA.....	214
7.1 Liberdade Provisória Restrita e Liberdade Provisória Plena (artigo 321, CPP).....	219
7.2 Proibição de Liberdade Provisória Mediante Fiança na Lei dos Crimes Hediondos (art. 2º, inciso II, da Lei 8.072/90).....	222

8 CUMPRIMENTO DE PENA EM REGIME INICIAL FECHADO	225
9 PROGRESSÃO DE REGIME	230
10 DIREITO DE RECORRER EM LIBERDADE.....	237
11 PRISÃO TEMPORÁRIA.....	239
11.1 Conceito e Natureza Jurídica	240
11.2 Fundadas razões de autoria ou de participação do investigado nos crimes listados no artigo 1º, inciso III da Lei 7.960/89	241
11.3 Prisão temporária e os crimes hediondos e equiparados	242
12 ESTABELECIMENTOS PENAIS FEDERAIS DE SEGURANÇA MÁXIMA.....	244
13 LIVRAMENTO CONDICIONAL	245
14 ASSOCIAÇÃO CRIMINOSA PARA A PRÁTICA DE CRIMES HEDIONDOS E EQUIPARADOS..	248
15 DELAÇÃO PREMIADA.....	249
15.1 Colaboração Premiada: origem e conceito	250
15.2 Delação Premiada e a Lei dos Crimes Hediondos.....	251
16 DO CARÁTER NÃO HEDIONDO DOS CRIMES MILITARES	252
17 DOS AUMENTOS DE PENA PREVISTOS NO ARTIGO 9º DA LEI DOS CRIMES HEDIONDOS E DO PROBLEMA DA REVOGAÇÃO OU DA CONTINUIDADE NORMATIVA.....	256
18 DESTAQUES FINAIS.....	260

CAPÍTULO III

ESTATUTO DO DELEGADO DE POLÍCIA (LEI Nº 12.830, DE 20 DE JUNHO DE 2013)	261
1 INTRODUÇÃO	261
2 INVESTIGAÇÃO CRIMINAL CONDUZIDA PELO MINISTÉRIO PÚBLICO E SUA (I)LEGALIDADE.....	268
3 FUNCIONALISMO DA INVESTIGAÇÃO CRIMINAL.....	282
3.1 Função Preparatória.....	282
3.2 Função Preservadora	283
3.3 Função Reveladora do Fato Oculto (Redução das “Cifras Negras”)	285
3.4 Função Simbólica	288
3.5 Função Restaurativa ou Satisfativa.....	289
4 OBJETO DA LEI 12.830/13	292
5 DELEGADO DE POLÍCIA E SUAS FUNÇÕES.....	293
5.1 Da natureza jurídica das funções exercidas pelo delegado de polícia	296
5.1.1 Da capacidade postulatória do delegado de polícia	298
5.2 Da essencialidade das funções exercidas pelo delegado de polícia	304
5.3 Da exclusividade das funções exercidas pelo delegado de polícia: princípio da oficialidade da investigação criminal.....	306
5.3.1 Da Investigação Criminal Privada: Lei nº 13.432/2017.....	307
6 A CONDUÇÃO DA INVESTIGAÇÃO CRIMINAL PELO DELEGADO DE POLÍCIA.....	314

7 AUTORIDADE POLICIAL: DELEGADO DE POLÍCIA.....	321
8 PODER REQUISITÓRIO DO DELEGADO DE POLÍCIA.....	325
9 AUTONOMIA FUNCIONAL DO DELEGADO DE POLÍCIA.....	331
10 PRINCÍPIO DO DELEGADO DE POLÍCIA NATURAL.....	334
11 PRINCÍPIO DA INAMOVIBILIDADE RELATIVA DO DELEGADO DE POLÍCIA.....	337
12 INDICIAMENTO.....	338
12.1 Indiciamento: momento e consequências jurídicas.....	339
12.2 Ato privativo do delegado de polícia.....	347
12.3 Sujeito Passivo do Indiciamento.....	348
12.4 Indiciamento e o Artigo 17-D da Lei de Lavagem de Capitais.....	349
12.5 Indiciamento e infrações de menor potencial ofensivo.....	350
12.6 Espécies de indiciamento.....	351
12.6.1 Indiciamento Material (Criptoindiciamento?).....	351
12.6.2 Indiciamento Formal.....	353
12.6.3 Indiciamento Coercitivo.....	353
12.6.4 Indiciamento Indireto.....	354
12.6.5 Indiciamento Complexo.....	355
12.7 Indiciamento e o Princípio da Presunção de Inocência.....	360

CAPÍTULO IV

LEI DE TERRORISMO (LEI Nº 13.260, DE 16 DE MARÇO DE 2016).....	365
1 DA EVOLUÇÃO JURÍDICA DO TRATAMENTO DO TERRORISMO NO BRASIL A PARTIR DE 1988.....	365
2 TERRORISMO E TRATADOS INTERNACIONAIS.....	367
3 CONCEITO DE TERRORISMO.....	371
4 CONSIDERAÇÕES GERAIS SOBRE A LEI DE TERRORISMO.....	373
5 ELEMENTO SUBJETIVO DO CRIME DE TERRORISMO.....	373
6 DOS ATOS DE TERRORISMO (ELEMENTOS OBJETIVOS).....	377
7 DA CLÁUSULA OU NORMA DE CONTENÇÃO DO TIPO PENAL OU DE EXCLUSÃO DE TIPICIDADE.....	380
8 CRIME DE PARTICIPAÇÃO EM ORGANIZAÇÃO TERRORISTA.....	387
9 TERRORISMO E ATOS PREPARATÓRIOS.....	391
10 FINANCIAMENTO AO TERRORISMO.....	397
11 CAUSAS ESPECIAIS DE AUMENTO DE PENA.....	398
12 DA APLICABILIDADE DO CÓDIGO PENAL AOS ATOS TERRORISTAS.....	399
13 DA ATRIBUIÇÃO INVESTIGATIVA E DA COMPETÊNCIA PARA O JULGAMENTO.....	402
14 DAS MEDIDAS ASSECURATÓRIAS.....	404
14.1 O Juiz e o decreto de ofício de medidas assecuratórias: polêmica quanto ao sistema acusatório.....	405
14.2 Dos legitimados para provocar a adoção de medidas assecuratórias.....	410

14.3 Requisitos legais	410
15 DA ALIENAÇÃO ANTECIPADA (ARTIGO 12, § 1º).....	411
15.1 Da liberação total ou parcial de bens onerados (art. 12, §§ 2º e 3º).....	412
16 MEDIDAS ASSECURATÓRIAS E REPARAÇÃO DE DANO DECORRENTE DE INFRAÇÃO PENAL ANTECEDENTE (ARTIGO 12, § 4º).....	416
17 DA ADMINISTRAÇÃO DOS BENS SUJEITOS ÀS MEDIDAS ASSECURATÓRIAS	417
18 REGRAS DE COOPERAÇÃO INTERNACIONAL.....	419
19 DA APLICABILIDADE DA LEI 12.850/13.....	420
20 DO CARÁTER HEDIONDO DO CRIME DE TERRORISMO	426

CAPÍTULO V

INTERCEPTAÇÃO TELEFÔNICA (LEI Nº 9.296, DE 24 DE JULHO DE 1996)	427
1 INTRODUÇÃO	427
2 PROCESSO PENAL E CONSTITUIÇÃO	428
2.1 Breve Histórico	429
2.2 Da invalidade das interceptações efetuadas antes da Lei 9.296/96	432
2.3 Abordagem contextual da Lei 9.296/96.....	435
3 ALGUNS CONCEITOS BÁSICOS (LEI 9.296/96)	441
3.1 Gravação Clandestina Telefônica ou Ambiental.....	441
3.2 Escuta Telefônica	444
3.3 Interceptação ou Captação Ambiental	446
3.4 Gravações Deliberadas e Consentidas	446
4 INTERCEPTAÇÃO DE COMUNICAÇÕES TELEFÔNICAS.....	446
4.1 Interceptação de comunicações telefônicas de qualquer natureza: delimitação técnica	450
4.2 Quebra do Sigilo dos Dados Telefônicos	462
4.3 Novos meios operacionais de investigação de dados, informações, cadastros e sinais trazidos pela Lei 13.344/16	469
5 OBJETIVO LEGAL DAS INTERCEPTAÇÕES	475
5.1 Prova em investigação criminal.....	478
5.2 Prova em instrução processual penal	482
5.3 A questão da “prova emprestada”	483
6 PRESSUPOSTOS PARA DECRETAÇÃO DA INTERCEPTAÇÃO TELEFÔNICA	488
6.1 Ordem Judicial e a Teoria do Juízo Aparente.....	489
6.2 Segredo de Justiça (Contraditório Diferido ou Postergado).....	497
6.3 Da (in)constitucionalidade do artigo 1º, parágrafo único, da Lei 9.296/96.....	499
7 REQUISITOS	505
7.1 Indícios razoáveis de autoria ou participação em infração penal e a interceptação de Prospecção... ..	506
7.2 A prova não puder ser feita por outros meios disponíveis (princípio da subsidiariedade)	510

7.3 O fato investigado constituir infração penal punida com pena de reclusão (crimes de catálogo) ..	514
7.4 Descrição da situação objeto de investigação e dos sujeitos passivos.....	519
7.5 Interceptação telefônica e encontro fortuito de provas (Teoria da Serendipidade)	520
8 LEGITIMIDADE PARA POSTULAR A INTERCEPTAÇÃO TELEFÔNICA.....	531
8.1 Da inconstitucionalidade do decreto de ofício pelo juiz.....	531
8.2 Da legitimação do delegado de polícia para requerer (representar) pela decretação da interceptação telefônica.....	535
8.3 Da legitimidade do Ministério Público e de outros personagens para requerer a interceptação telefônica.....	538
9 PROCEDIMENTO	544
9.1 Do pedido verbal	547
9.2 Do prazo para a decisão judicial	549
9.3 Da Fundamentação e da forma de execução da medida	550
9.4 Do prazo de duração da interceptação telefônica e sua renovação	552
9.5 Da execução do procedimento de interceptação telefônica.....	559
9.5.1 Da possibilidade da requisição de apoio técnico-especializado às concessionárias de serviço público.....	565
9.6 Dos necessidade da autuação do procedimento em apartado e do segredo de justiça.....	566
9.6.1 Do momento da apensação dos autos	567
10 DA INUTILIZAÇÃO DAS GRAVAÇÕES QUE NÃO INTERESSAM À PROVA.....	572
11 DA INTERCEPTAÇÃO OU CAPTAÇÃO AMBIENTAL.....	577
12 DOS CRIMES.....	586
12.1 Introdução	586
13 DO CRIME DE INTERCEPTAÇÃO ILEGAL DE COMUNICAÇÃO TELEFÔNICA, INFORMÁTICA OU TELEMÁTICA E ESCUTA AMBIENTAL	587
13.1 Conceito e Objetividade Jurídica.....	587
13.2 Sujeito Ativo.....	588
13.3 Sujeito Passivo.....	589
13.4 Tipo Penal Objetivo	589
13.5 Tipo Penal Subjetivo	593
13.6 Consumação e Tentativa.....	594
14 DO CRIME DE CAPTAÇÃO AMBIENTAL ILEGAL.....	595
14.1 Conceito e objetividade jurídica	595
14.2 Sujeito Ativo.....	595
14.3 Sujeito Passivo.....	596
14.4 Tipo Penal Objetivo.....	596
14.5 Tipo Penal Subjetivo	598
14.6 Consumação e Tentativa.....	598
15 CONFLITO ENTRE OS CRIMES DA LEI 9.296/96 E O CRIME DE ABUSO DE AUTORIDADE ..	599
16 DA PENA E DA AÇÃO PENAL	603

CAPÍTULO VI

LEI DE TORTURA (LEI Nº 9.455, DE 07 DE ABRIL DE 1997)	605
1 INTRODUÇÃO	605
1.1 Conceito de tortura no âmbito internacional.....	608
1.2 Formas de tortura.....	609
2 DA IMPRESCRITIBILIDADE DO CRIME DE TORTURA.....	610
3 DA COMPETÊNCIA.....	611
4 DO BEM JURÍDICO TUTELADO	612
4.1 Tortura e o Cenário da Bomba Relógio (Ticking Bomb Scenario Theory).....	613
5 DOS CRIMES DE TORTURA.....	619
5.1 Formas de Execução	619
5.2 Finalidades Especializantes da Tortura.....	619
5.3 Tortura Probatória, Inquisitorial, Institucional, Política ou Persecutória (art. 1º, inciso I, “a”).	620
5.4 Tortura Crime (art. 1º, inciso I, “b”)	622
5.5 Tortura Discriminatória ou Preconceituosa (art. 1º, inciso I, “c”)	623
5.6 Tortura-Castigo, Vingativa ou Intimidatória (art. 1º, inciso II)	624
5.7 Da pena pelo crime de tortura.....	629
5.8 Da tortura praticada de forma permanente	629
5.9 Da materialidade do crime de tortura.....	630
6 FIGURA EQUIPARADA OU TORTURA IMPRÓPRIA.....	631
7 TORTURA POR OMISSÃO OU OMISSÃO PERANTE A TORTURA.....	635
7.1 Da pena e demais benefícios.....	638
8 TORTURA QUALIFICADA.....	638
9 CAUSAS DE AUMENTO DE PENA	639
9.1 Tortura praticada por agentes públicos	640
9.2 Tortura praticada contra criança, gestante, portador de deficiência, adolescente ou maior de sessenta anos.....	641
9.3 Tortura praticada mediante sequestro.....	641
10 EFEITOS DA CONDENAÇÃO.....	642
11 PROIBIÇÃO DE GRAÇA, ANISTIA E INDULTO.....	642
12 REGIME INICIAL DE CUMPRIMENTO DE PENA.....	644
13 EXTRATERRITORIALIDADE DA LEI DE TORTURA.....	646

CAPÍTULO VII

LEI DAS ORGANIZAÇÕES CRIMINOSAS (LEI Nº 12.850, DE 02 DE AGOSTO DE 2013)	647
1 INTRODUÇÃO	647
1.1 Conceito de Organização Criminosa.....	651
1.2 Considerações gerais sobre o conceito de organização criminosa	653

2 DO CRIME DE PARTICIPAÇÃO EM ORGANIZAÇÃO CRIMINOSA	662
2.1 Classificação	666
3 DO CRIME DE OBSTRUÇÃO DA PERSECUÇÃO PENAL	667
4 DAS CAUSAS DE AUMENTO DE PENA	669
4.1 Organização criminosa armada	670
4.2 Organização criminosa que se vale de menores de idade	672
4.3 Organização criminosa que se vale de funcionário público (Teoria da Reconfiguração Cooptada do Estado)	673
4.4 Organização criminosa e o proveito ou produto das infrações	675
4.5 Conexão entre organizações criminosas	676
4.6 Organização criminosa transnacional	677
5 DA AGRAVANTE ESPECÍFICA PARA A LIDERANÇA DA ORGANIZAÇÃO	678
6 DA MEDIDA CAUTELAR DE AFASTAMENTO DO AGENTE PÚBLICO SUSPEITO DE INTEGRAR ORGANIZAÇÃO CRIMINOSA	680
7 DOS EFEITOS DA CONDENAÇÃO POR CRIME DE PARTICIPAÇÃO EM ORGANIZAÇÃO CRIMINOSA	693
8 DA ATRIBUIÇÃO DE INVESTIGAR POLICIAIS ENVOLVIDOS EM ORGANIZAÇÃO CRIMINOSA	695
8.1 DAS INOVAÇÕES PROMOVIDAS PELO “PACOTE ANTICRIME”: RIGORES PENITENCIÁRIOS PARA O CRIME ORGANIZADO	697
9 DAS TÉCNICAS ESPECIAIS DE INVESTIGAÇÃO CRIMINAL: MEIOS DE OBTENÇÃO DE PROVA	700
10 COLABORAÇÃO PREMIADA	701
10.1 A normatização da conduta humana	702
10.1.1 Ética e Direito	702
10.1.2 Ética e Moral	703
10.1.3 A utopia de uma ética universal e o Direito	705
10.1.4 Conclusões	707
10.2 Colaboração Premiada: origem e conceito	708
10.3 Legitimidade	713
10.4 Dos Prêmios Legais	729
10.4.1 Do Perdão Judicial	730
10.4.2 Da redução da pena privativa de liberdade	734
10.4.3 Da progressão de regime	736
10.4.4 Da substituição da pena privativa de liberdade por restritiva de direitos	737
10.5 Requisitos da colaboração premiada	737
10.6 Finalidades do acordo de colaboração premiada	742
10.7 Da suspensão do prazo para o oferecimento da denúncia	748
10.8 Acordo de Imunidade (Não Oferecimento de Denúncia)	751

10.9	Das tratativas do acordo de colaboração premiada e seu marco inicial: dever de lealdade entre as partes (Termo de Confidencialidade), direito subjetivo ao acordo e colaboração unilateral.....	754
10.9.1	Da instrução do acordo de colaboração premiada	763
10.9.2	Da proibição da participação do juiz nas tratativas do acordo e seu dever de supervisão.....	767
10.10	Da homologação do acordo de colaboração premiada.....	775
10.11	Da retratação da proposta de colaboração premiada	781
10.11.1	Direito ao Confronto na Colaboração Premiada	789
10.12	Dos efeitos do acordo de colaboração premiada sobre a sentença.....	795
10.13	Oitiva do colaborador	797
10.14	Registros da colaboração premiada.....	799
10.15	Renúncia ao direito ao silêncio do colaborador	802
10.16	Regras de corroboração.....	805
10.16.1	Das Hipóteses Expressas de Rescisão do Acordo de Colaboração.....	807
10.17	Dos Direitos do Colaborador.....	810
10.18	Formalidades do termo de acordo de colaboração premiada.....	812
10.19	Da sigiliosidade do acordo de colaboração premiada	814
11	CAPTAÇÃO AMBIENTAL DE SINAIS ELETROMAGNÉTICOS, ÓPTICOS OU ACÚSTICOS.....	817
12	AÇÃO CONTROLADA.....	821
12.1	Ação Controlada e o “Controle Judicial”.....	824
12.2	Procedimento.....	832
12.3	Ação Controlada Transnacional	832
13	INFILTRAÇÃO DE AGENTES	834
13.1	Conceito	835
13.2	Da legitimidade para provocar a infiltração de agentes	838
13.3	Do agente infiltrado	843
13.4	Requisitos.....	847
13.4.1	Requisitos da Infiltração Virtual de Agentes no Estatuto da Criança e do Adolescente	850
13.4.2	Requisitos para a Infiltração Virtual na Lei de Organização Criminosa	852
13.5	Modalidades de Infiltração: prazo de duração	854
13.6	O Agente Infiltrado como Fonte de Prova.....	856
13.7	Procedimento	859
13.7.1	Da sigiliosidade na distribuição do procedimento e interrupção da operação em caso de risco para o agente infiltrado.....	861
13.8	Da Proporcionalidade da Infiltração de Agentes e da Licitude da Ação Policial	863
13.9	Dos direitos do agente infiltrado.....	867
13.10	Agente Infiltrado e Agente Disfarçado: distinções.....	868

14	ACESSO A REGISTROS, DADOS CADASTRAIS, DOCUMENTOS E INFORMAÇÕES	871
15	AFASTAMENTO DOS SIGILOS FINANCEIRO, BANCÁRIO E FISCAL	876
16	COOPERAÇÃO ENTRE INSTITUIÇÕES E ÓRGÃOS FEDERAIS, DISTRITAIS, ESTADUAIS E MUNICIPAIS NA BUSCA DE PROVAS E INFORMAÇÕES DE INTERESSE DA INVESTIGAÇÃO OU DA INSTRUÇÃO CRIMINAL	876
17	DOS CRIMES OCORRIDOS NA INVESTIGAÇÃO E NA OBTENÇÃO DE PROVA	876
17.1	Crime de Violação do Sigilo sobre a Identidade do Colaborador	877
17.2	Crime de Informações Falsas na Colaboração Premiada	878
17.3	Crime de Inobservância do Sigilo de Investigação Envolvendo Ação Controlada e Infiltração de Agentes	880
17.4	Crime de Recusa ou Omissão de Informações	882
18	DO PROCEDIMENTO PREVISTO PARA OS CRIMES DA LEI 12.850/13	883
19	DO DECRETO DE SIGILO JUDICIAL DAS INVESTIGAÇÕES E DO ACESSO DA DEFESA AOS AUTOS	887
20	ALTERAÇÃO DO ARTIGO 288, CP (QUADRILHA OU BANDO)	891
21	ALTERAÇÃO DO ARTIGO 342, CÓDIGO PENAL	894
22	REVOGAÇÃO DA ANTIGA LEI DO CRIME ORGANIZADO	894
	REFERÊNCIAS	895
	ÍNDICE ALFABÉTICO REMISSIVO	911